

**MAPFRE**
SEGUROS**ENCAMINHAMENTO DE CITAÇÃO / PETIÇÃO / INTIMAÇÃO**

Área Remetente:				Data de encaminhamento 04-08-2014	
SUC: JOÃO PESSOA					
Fórum PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA COMARCA DE JOÃO PESSOA				Processo 001028920148152001	
Nome do Auto DIEGO PERAUA DA SILVA				DPVAT X <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Nome do Réu MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A				Valor da Ação --	
Data dia 04/11/2014	15:00	Sinistro Nº --	Apólice Nº --		Proposta Nº --
DADOS DO PREPOSTO					
Nome --		RG --		CPF --	
Telefone 83-3244-3339		E-mail --			
DADOS DO SEGURADO / CORRETOR					
Nome do Segurado --		Data receb. Citação/Intimação		Telefone para contato (83)	
Nome do Corretor --		Data receb. Citação/Intimação		Telefone para contato (83)	
Informações quanto à remessa de dossiê:					
Comentários: CARTA DE CITAÇÃO DE AUDIÊNCIA AGENDADA PARA O ____ JEC DA CAPITAL					



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

MANDADO 001 - MAND CITACAO INTIMACAO-RITO SUMAR

PROCESSO: 0010289-24.2014.815.2001 11A. VARA CIVEL
Classe : PROCEDIMENTO ORDINARIO

AUTOR : DIEGO PIRAUÁ DA SILVA
Endereço: R
Bairro : Cidade: CEP:
REU : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Endereço: R EPITÁCIO PESSOA 723
Bairro : DOS ESTADOS Cidade: JACARAÚ CEP:

O MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA SUPRA, MANDA AO OFICIAL DE-
JUSTICA ABAIXO NOMINADO, QUE, EM SEU CUMPRIMENTO, CITE A PARTE -
RE, NOME E ENDEREÇO ACIMA, PARA COMPARECER A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, NO LOCAL, DIA E HORA ABAIXO DESIGNADOS, E QUE FIQUE CIENTE DE QUE, FRUSTRADA A CONCILIAÇÃO, PODERÁ APRESENTAR CONTESTAÇÃO NA AUDIÊNCIA, SOB PENA DE REVELIA, TUDO EM CONFORMIDADE COM A CÓPIA DA INICIAL EM ANEXO, E DESPACHO ABAIXO TRANSCRITO.

COMPLEMENTO/DESPACHO JUDICIAL

AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 04/11/2014, ÀS 15:00 HORAS

CITE-SE A PARTE RÉ ADVERTINDO-A DE QUE, DEIXANDO DE COMPARECER À AUDIÊNCIA, INJUSTIFICADAMENTE, REPUTA-SE-ÃO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NA PETIÇÃO INICIAL. (...) NÃO CHEGANDO AS PARTES A UM ACORDO, OFERECERÁ O RÉU, NA PRÓPRIA AUDIÊNCIA, CONTESTAÇÃO ESCRITA OU ORAL (...)

LOCAL: FORUM DES. MARIO MOACIR PORTO
AVENIDA JOÃO MACHADO S/N - JAGUARIBE CEP:58013522

JOÃO PESSOA, 24 DE JULHO DE 2014.

Ania Baptista P. de Amorim

ANIA BAPTISTA PEREIRA DE AMORIM
CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS, POR ORDEM DO MM. JUIZ

OFICIAL: 9990-3

051 24/07/2014

O oficial acima deverá se identificar com sua carteira funcional
Recomendação: AO COMPARECER EM JUÍZO, ESTEJA TRAJANDO VESTIMENTA
ADEQUADA AO AMBIENTE FORENSE. <DIA>

CIENTE:

MANDADO COM ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

00102892420148152001001





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE JOÃO PESSOA/PB

0010289-24.2014

RESOLUÇÃO 03/2013 DO TJ/PB – PERICIA JUDICIAL PELA SEGURADORA

DIEGO PIRAUÁ DA SILVA, brasileiro, solteiro, autonomo, RG nº 3.062.386 – 2 via SSP/PB, CPF 086.215.324-76, residente e domiciliado na Rua Vereador Francisco Barbalho Dutra, n. 16, Centro, Pitimbu/PB, vem, por meio de seus procuradores que esta subscrevem, à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, com sede na Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, CEP 58030-000, João Pessoa/PB, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

I – PRELIMINARMENTE

De início, Nobre Julgador, vem o presente demandante informar que é pobre na forma da lei e não tem como arcar com as despesas/custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, tudo conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

Assim sendo, diante da situação, vem requerer a concessão da Justiça Gratuita para todos os efeitos, nos conformes da Lei nº 1.060/50 e seus artigos.

II – DOS FATOS

O demandante sofreu acidente na data de 05/08/2013 e deste acidente sofreu algumas sequelas de caráter permanente.

Até o presente momento, Nobre Julgador, o autor sente dificuldades e, em decorrência do acidente sempre precisa de ajuda de familiares tendo em vista que fica em cima de uma cama impossibilitado de andar.

No mais, Excelência, o autor tem passado grandes dificuldades para conseguir alcançar seu pleito securitário, assim sendo, procura o manto protetor do Judiciário para ter seu pleito abraçado de forma correta e justa, evitando pagamentos administrativos infundados e a menor do que a lei permite.

III – DO DIREITO

III.1 – Da Inconstitucionalidade Formal e Material da Lei 11.945/09

Vale deixar clara a inconstitucionalidade das referidas leis tendo em vista os vícios formais e materiais que existe na referida norma esculpida com intuitos de mitigar direitos dos segurados.

Ocorre, porém, que a tal Lei de 2009, padece, antes de mais nada, de **inconstitucionalidade por vício formal**, em vista da inobservância do devido processo legislativo, seja por violar os requisitos do art. 62 da CF, seja por não se ater ao disposto no art. 7º, II, LC nº 95/98, c/c art. 59, parágrafo único, CF, este último ponto delineado a seguir (destaques no original):

[...] a mencionada lei ordinária [Lei 11.945/09] não observou o preceito estampado no **art. 7º, II, da LC nº 95/98**, cuja redação transcreve-se: "**art. 7º**: O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...) *omissis*; II – a lei **não conterá matéria estranha** a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência, ou conexão; (...)".

Desse modo, sabe-se que a **MP nº 451/08** surgiu com a **intenção de tratar temáticas afetas à ordem tributária**, direta ou indiretamente, e não em regular matéria de ordem estritamente civil, mostrando, clarividente, pois, que o

legislador conseguiu articular a inserção de um texto totalmente divergente do que trata a novel lei, que afinal, é **exclusivamente tributária** e em nada relaciona com a regulamentação do pagamento do seguro obrigatório, que, inclusive, dispõe de lei própria (nº 6.194/74).

Contudo, **não se verifica**, portanto, a **ocorrência de qualquer afinidade, pertinência ou conexão da matéria** constante no art. 31, que regulamenta o pagamento da indenização do seguro obrigatório, com o restante da Lei nº 11.945/09, que, além da nítida distinção temática, tem finalidades totalmente distintas.

Destarte, não sobejam dúvidas de que a nova Lei feriu de morte o **art. 59, parágrafo único da Constituição Federal**, ao maltratar o art. 7º, inciso II, da LC nº 95/98, mostrando **flagrante a inconstitucionalidade** formal do **art. 8º da Lei nº 11.482/2007, originária da Medida Provisória nº 340/2006**, bem como dos **arts. 20 e 21 da Medida Provisória 451/2008 [atuais arts. 31 e 32 da Lei nº 11.945/2009]**, uma vez que desrespeitou a norma expressa da Constituição, que, ao fim, materializa o **princípio do devido processo legislativo**, restando maculado pelo vício de afronta constitucional, restando como única panacéia, a invalidade da corporificação formal do ato mediante **a declaração de inconstitucionalidade**.

Criticando a citada lei pelo seu **pendor antidemocrático**, o autor da ADI fala em **"MP SURPRESA"**, "onde num determinado instrumento normativo que versa sobre tema 'A' e no meio, à surdina, há a dissertação sobre tema 'Z', temos agora a dilaceração de direitos individuais, como o direito a uma justa indenização do seguro DPVAT, que tem caráter suplementar a política do Estado de saúde pública e inclusão social". Complementa:

[...] tanto a Medida Provisória de nº 340/2008 convertida no artigo 8º da Lei 11.482/2007, quanto a MP de nº 451/2008 convertida na Lei 11.495/09 em seus artigos 20 e 21, foram editadas usando do mesmo expediente sorrateiro, em meio as festividades de fim de ano, e sempre inseridas no fim de Medidas Provisórias que tratam de assuntos diversos ao DPVAT.

Advertindo que o fato da MP de nº 451, em seus artigos 19, 20 e 21 entrar em vigor na data de sua publicação, tendo, portanto, vigência imediata em 16/12/2008, completando os 60 (sessenta) dias em 16/02/2009, no momento em que o Parlamento retorna do recesso de fim de ano e nas vésperas do carnaval, com o nítido objetivo de surpreendê-los, impossibilitando-os de analisar à contento a matéria em pauta, levando em consideração, ainda, que o teor principal da Medida Provisória é diverso do que ora é atacado, beneficia, relativamente, os contribuintes de imposto de renda, na implementação de novas alíquotas.

De antemão também, fala-se em **inconstitucionalidade material da Lei nº 11.945/09**, violando vários princípios constitucionais, dentre eles a da vedação ao retrocesso social, da igualdade material e da dignidade humana. Isso porque:

[...] é deveras difícil mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, assim como é também difícil esse tipo de mensura da própria vida. Assim, amparado pelo espírito constitucional de construir uma República erradicando suas desigualdades sociais, faz-se necessário que a indenização do Seguro Obrigatório **garanta patamares mínimos de dignidade**, respeitando a pessoa humana, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência / invalidez física, visto que a integridade psicofísica é requisito basilar do **princípio da dignidade da pessoa humana**. Os arts. 20 e 21 da MP 451 criam uma **aberração jurídica** ao estipular a TABELA DE PROPORCIONALIDADE, avaliando a lesão de acordo com o GRAU de sua incapacidade, refutando o entendimento dos Egrégios Tribunais, beneficiando o bilionário setor financeiro-securitário. A perda incompleta da mobilidade de um ombro equivale agora a **25%** da indenização total; a perda anatômica ou completa de um pé vale **50%** e a perda da visão completa dos dois olhos vale **100%** da indenização. Agora, pergunta-se: quanto vale um pé para um carteiro, que precisa do dinheiro do seguro DPVAT para, por exemplo, conseguir colocar uma prótese no local? Quais os critérios do Governo para dizer que um pé vale menos que uma mão? Nesse sentido, antes do advento desta medida elitista que só agrada os poderosos grupos econômicos do setor financeiro e securitário, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

"(...) Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi 'parcial' porque o apelado teve amputado **'apenas' o pé direito**, entendo o seguinte: A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, **porque o segurado, ou perde 'apenas' um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça etc.** Isto é, à maneira de um 'esquartejador', a seguradora divide as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização. (...)"

Com base nesses fundamentos, as decisões judiciais pacíficas no âmbito da Turmas Recursais Pátrias estão no sentido de se reconhecer a inconstitucionalidade formal e material do art. 8º da Lei nº 11.482/07 (antiga MP



340/06 – ver parte 1 deste artigo) e também do art. 31 (e art. 32, consequentemente) da Lei nº 11.945/2009 (antiga MP 451/08, arts. 20 e 21), aplicando-se o artigo 3º (original) da Lei nº 6.194/74.

Cite-se, por todos: **TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011 (ementa abaixo); **Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000847, DJE 26/10/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201100900790, DJE 31/08/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201000800595, DJE 01/09/2010; processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010; processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010.

CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. PROVA DO EVENTO DANOSO E DO DANO PROPRIAMENTE DITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO EM 18/11/2010, NO MONTANTE CORRESPONDENTE A R\$ 2.362,50 (DOIS MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS E CINQUENTA CENTAVOS). EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE DA LEI 11.945/2009 (09/05/2010). PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO QUE DISPENSA A PERÍCIA POSTERIOR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DO ARTIGO 31, DA LEI 11.945/2009. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62, DA CF. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE É PREJUDICIAL E AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO



CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TURMA
RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado, PROCESSO
201101000827, DJE 26/10/2011)

Assim, com a evolução do entendimento jurisprudencial, considerando inconstitucionais ambas as leis modificativas (Lei nº 11.482/07 e também a Lei nº 11.945/2009) da norma referente ao seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), seja por vício formal ou material, volta a ter aplicação o artigo 3º original da Lei nº 6.194/74, onde não há qualquer menção a graus de indenização.

Assim sendo devido é a condenação em 40 (quarenta salários mínimos atuais com correção do evento danos e juros da citação.

III.3 - Da Comprovação do Nexo de Causalidade Entre o Dano e o Sinistro – Não Cabimento de Graduação da Lesão

Nobre Julgador resta claro através dos documentos acostados a inicial que a autora sofreu um sinistro e deste teve sequela permanente.

Sem maiores prolongamentos faz jus o autor ao valor de 40 salários mínimos, conforme legislação aplicável a espécie, sendo assim, deve a mesma ser indenizada no patamar máximo.

Apelação. Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT. Legitimidade passiva de todas as seguradoras do convênio DPVAT. Indenização correspondente a 40 salários mínimos. Correta a fixação nesse parâmetro, que tem critério legal específico. Entendimento consolidado na jurisprudência. Inteligência da Lei nº 6.194/74. RECURSO IMPROVIDO.DPVATDPVAT6.194

(9263169432008826 SP 9263169-43.2008.8.26.0000, Relator: Francisco Orlando, Data de Julgamento: 29/02/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/03/2012)

Neste sentido uníssono é o entendimento esposado pelos Pretórios Pátrios, inclusive pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça):

"CIVIL - ATROPELAMENTO - DEBILIDADE PERMANENTE - SEGURO DPVAT - INDENIZAÇÃO. 01 - PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICA DO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (20030110081655ACJ DF - Acórdão: 195640 - Julgamento: 22/06/2004 - 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. - Rel. Leila Cristina Garbin Arlanchi).

A invalidez é justamente o fato gerador do seguro, assim sendo, comprovando o autor através dos documentos acostados que a mesmo sofreu lesão e estas lesões foram ocasionadas pelo sinistro, então, devido é a verba pleiteada no seu teto máximo.

III.3 – Da Desnecessidade de Perícia – Em Caso de Necessidade Que Seja Deferida de acordo com a Resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba

Ilustre Magistrado, conforme prontuários médicos acostados o demandante esta com membro sequelado, assim sendo, não há necessidade de perícia médica para atestar o que já foi consolidado pelo prontuário médico.

No mais, caso entenda necessária alguma perícia que esta seja feita LIMINARMENTE por perito judicial tendo em vista a resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.





DOCUMENTOS DIVERSOS

- Procuração, Documentos Pessoais
- Ficha de Atendimento do Paciente
- Boletim de Ocorrência
- Laudos Médicos

Franklin Carvalho

De: Amanda Cristina Barbosa Silva <Amcsilva@bbmapfre.com.br>
Enviado em: terça-feira, 5 de agosto de 2014 13:40
Para: Contencioso
Assunto: NOVA AÇÃO - A: DIEGO PIRAUUA DA SILVA
Anexos: document2014-08-04-102455.pdf

Prezados,

Segue anexo Citação, cujo o objeto da ação versa sobre DPVAT.

Favor tomar as providências necessárias.

À disposição,

AMANDA CRISTINA | Gerência Contencioso Institucional e Seguro de Auto | **GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE**
(11) 3888-2439 | Int.: *8992 2439

O conteúdo e anexos a esta mensagem deverão ser tratados de forma confidencial

De: Liliani Carneiro Dos Santos
Enviada em: segunda-feira, 4 de agosto de 2014 11:18
Para: Juridico DPVAT
Cc: Jefferson Araujo de Lima; Jarlen Da Costa Silva
Assunto: DIEGO PERAUA DA SILVA

LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS | Atendente | **MAPFRE SEGUROS**
Sucursal João Pessoa | Territorial Nordeste
(83) 3244-3339 – Ramal: 11

De:
Enviada em: segunda-feira, 4 de agosto de 2014 09:25
Para: Liliani Carneiro Dos Santos
Assunto:

WMM

DOCUMENTOS DIVERSOS

- procuração, Documentos Pessoais
- ficha de Atendimento do Paciente
- Boletim de Ocorrência
- Laudos Médicos

10

FALTA INTIMAR ADVOGADO
DA DE NOSSA DONA DO

PROCURAÇÃO AD JUDICIAL

OUTORGANTE: DIEGO PIVAN DA SILVA
Advogado, Solteiro, RG nº 2.062.384, Solo, CPF nº 056.915.424-16
residente na _____

OUTORGADO: **WANYNE LUCAS MEIRA**, brasileira, advogada, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PB sob o nº 14.821, respectivamente, com endereço profissional na Av. Almirante Barroso, nº 438, Empresarial Newton Almeida, Centro, João Pessoa - PB.

PODERES:

O **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** amplos poderes, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil para defender o (a) outorgante em toda e qualquer ação e outras demandas judiciais, em que figure como autor ou réu, reclamante ou reclamado, assistente, oponente ou de qualquer forma interessado, dando-lhe poderes especiais para, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação de Alvará, praticar todos atos perante a administração pública direta e indireta da União, Estados e Municípios, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, **firmar declaração de pobreza, segundo Lei 1.060/50**, tudo para o fiel desempenho do presente mandato.

João Pessoa - PB, 26 de agosto de 2013.

Diego Pivani da Silva
OUTORGANTE

Substabelecimento

pelo presente instrumento substabeleço SEM RESERVA de poderes na pessoa de WYKTOR LUCAS MEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB, nº 15.554 os poderes que me foram outorgados na AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – DPVAT.

João Pessoa/PB, 03 de abril de 2014.


WANYNE LUCAS MEIRA

OAB-PB nº 14.821

S. FALTA INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA
PARA OS ADVOGADOS



Uso de la vida de la vida

A-02
 p-00

3.642.386 -2 VIN
ST PIRATA DA SILVA

23/06/2013

HERNEDITO DA SILVA
MURIEL PIPALIA

1994

9867/80/CT

REC'D N. 3484 FILE 178 LIV. N-04
SEC. 10 PITTSBURGH PA

215, 324-76

ADDRESS ONLY PLEASE
4001 W. 118th ST
MINNAPOLIS, MN 55410

[illegible]

S. JALTA INTRINSECA AUF
WAKES ADVOCADOS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

3.062.386

-2 VIA

DATA DE
EXPEDIÇÃO

21/06/2013

NOME

DIEGO PIRAUÁ DA SILVA

FILIAÇÃO

AMAURY BENEDITO DA SILVA
COSMA MARIA PIRAUÁ

NATURALIDADE

GOIANA-PE

DOC ORIGEM

NASC.N. 3484 FLS. 178 LIV. A-04
CARTORIO PITIMBU/PB

CPF

086.215.324-76

João Pessoa - PB

DATA DE NASCIMENTO

13/08/1986

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CASA DA MOEDA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA
1ª DELEGACIA DISTRICTAL DA CAPITAL

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA DIEGO PIRAUÁ DA SILVA

Aos dezesseis dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze, na 1ª Delegacia Distrital da Capital, onde presente se encontrava o Dr. MANOEL IDALINO MARTINS, Delegado e Policial Civil, comigo Escrivão de Polícia de seu cargo, a) por volta das 10:00 horas, passou a ser tomado as declarações de DIEGO PIRAUÁ DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, natural de Goiânia, com 27 anos de idade, nascido em 13/08/1986, portador do RG 3.062.396 - 2 Via SSP/PB, filho de Amaury Benedito da Silva e Cosma Maria Pirauá, 2º Grau Incompleto, residente a Rua Vereador Francisco Barbalho Dutra, nº 16, Bairro Centro, Pitimbu/PB, **INQUIRIDO PELA AUTORIDADE RESPONDEU QUE** na matrícula de cinco de agosto de dois mil e treze, ao atravessar com a motocicleta a BR 101, no sentido João Pessoa - Recife, foi surpreendido por um veículo não identificado que se chocou com o mesmo que foi jogado a aproximadamente cinco metros de distância do local do acidente. Que o declarante ficou no local imóvel sem poder se mexer, e de onde estava, dava pra ver uma aglomeração de pessoas olhando o mesmo caído no chão. Que o declarante afirma que foi socorrido por uma equipe do CORPO DE BOMBEIROS levando-o ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. Que o declarante afirma que em decorrência do acidente teve politraumatismo. Que o declarante tomou conhecimento na Delegacia, na manhã de hoje, que o condutor do veículo causador do acidente não foi identificado. Nada mais disse, mandou a autoridade encerrar presente feito, que depois de lido vai assinado por todos inclusive por mim, escrivão que o digitei. //

AUTORIDADE POLICIAL:

Manoel Idalino

DECLARANTE:

Diego Senoué da Silva

ESCRIVÃO:

[Assinatura]

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE: Diego Pirauá da Silva
DATA DE NASCIMENTO: 13/08/96
NOME DA MÃE: Cosma Maria Piravá

DADOS EXTRAÍDOS

NÚMERO DE ENTRADA N.º: 705707
DATA DO ATENDIMENTO: 05/08/13
HORA DO ATENDIMENTO: 03:20
TIPO DO ATENDIMENTO: Acidente de moto
DIAGNÓSTICO(S): Politraumatismo
T06.8

AValiação INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto apresentando dores em braço esquerdo, escoriações na face/região frontal, nasal, edema em região frontal, base do nariz, ferimento contuso em mento, glásgow 12, pupilas iso/órtico. Avaliado pela Cirurgia Geral, BMF.

1038

sem anormalidades

RESULTADOS DOS EXAMES:

TRATAMENTO:

Atendimento + sutura do ferimento

DATA HOSPITALAR: 05/08/13
DATA DA EMISSÃO: 23/01/14

Dr. João Jaime Alcoba Arce
CRM: 3123/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DIAM, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS,
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

RECEBIMTO DO ESTADO DA PARANÁ
DO PESSO - CENTRAL DE DISTRIBUTO
DISTRIBUTO: SORTEIO
03/09-24.2014.015.2001
RECEBIMTO GOUARATO
03/04/2014 17 Horas 28 minutos

24850,00

- 13
- 14 DINO FRAUA DA SILVA
- 15 MAFRE VERA CHUZ BEGRADORA 9/
- 16 11A. VAPA CIVEL
- 17 IVANOSKA MARIA ESPERIA GOMES S

OPUS JUSTITIAE PAX

1891

35-66X

SEN. JACINTO
P. PARRAS
ADVOCADO



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
11ª Vara Cível

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, autuei os presentes autos, contendo 17 fls. O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa, 04/04/2014

Geneysson André Pereira Correia
Técnico Judiciário
Mat. 477.441-8

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os autos para o MM.
Juiz da 11ª Vara Cível da Capital.

João Pessoa, 04/04/14.

Geneysson André Pereira Correia
Técnico Judiciário - Mat. 477.441-8

DESPACHO

Tendo em vista a realização do mutirão que inclui os processos de
pedir, determino a entrada desses autos no advogado devidamente habilitado, para
assinar os mesmos no respectivo mutirão.

Em tempo, cite-se com as cautelas legais.
Cumpra-se com as cautelas de estilo.

João Pessoa, 03/04/2012


Ivanoska Maria Esperia Gomes dos Santos
Juíza de Direito em Substituição da 1ª Vara Cível



CAPITAL

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA
PARAÍBA
1ª VARA CÍVEL DA

TERMO DE ENTREGA

Aos 09 dias do mês de Gi de
2014, foram entregues estes autos ao(s)
Bel Wanderson Alves Brito
OAB/ PB nº 11574 para fins de
carga. (Livro Fl. 15)

Analista/Técnica Judiciária

TERMO DE DEVOLUÇÃO

Aos 14 dias do mês de April
de 2014, foram-me devolvidos estes autos do(s) Bel. (s)
Wanderson
OAB/ PB nº 11574

Analista/Técnica Judiciária



PODER JUDICIAL
DO ESTADO DO
PARÁ
11ª VARA CÍVEL DA

CAPITAL

11

240

91

TERMO DE ENTREGA

Aos 09 dias do mês de 01 de
2014, foram entregues estes autos ao(s)
Bel Wanderson Jesus Soares
OAB/ PA n.º 11334 para fins de
carga (Livro Fl. anexo).

Analista/Técnico Judiciária

TERMO DE DEVOLUÇÃO

Aos 14 dias do mês de 01 de
2014, foram-me devolvidos estes autos do(s) Bel. (s)
12192
OAB/ PA n.º 11334

Analista/Técnica Judiciária


0010289242014



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, apesar da carga dos autos para multiplo este retornou sem manifestação, razão pela qual, faço os autos conclusos para os devidos fins.

João Pessoa, 16/04/14


Adalberto/Técnico

OPUS JUSTITIAE PAX

1891

11-2-11EX



Processo n.0010289-24.2014.815.2001

Vistos, etc.

Defero a gratuidade da justiça.

Recebo dia 04/11/2014, às 15:00^a horas, para a audiência de conciliação, e, caso não obtida, o réu oferecerá, na própria audiência, resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas.

Se o réu requerer perícia, formulará seus questionamentos desde logo. Cite-se, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da audiência, devendo o réu comparecer pessoalmente, podendo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir, sob pena de reputarem-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial. Havendo necessidade de produção de prova oral será designada data para audiência de instrução e julgamento, na própria audiência de conciliação.

Cumpra-se.

João Pessoa, 29 de abril de 2014.

Ivanoska Maria Esperia Gomes dos Santos
Juíza de Direito

RECEBI EM 29/04/2014.

Técnico/Analista Judiciária

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARANÁ
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS
SOLICITAÇÃO DE MANDADOS

23/02/2014
19:46:06

Nº Processo: 0010289-24.2014.815.2001
MANDADO Nº 001 SOLICITADO COM SUCESSO.

DEFENSORA

P/3 - ENEPERA

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Parte	Vencimento
				05/09/2014
Comarca	Processo	Guia nº	Data da Emissão	
JOAO PESSOA	0010289-24.2014.815.2001	200.2014.360305-4	28/08/2014	
CUSTAS PREVIAS A FINAL PROCEDIMENTO ORDINAR - 24.880,00			Taxa Judiciária	16187/219472
			Custas Judiciais	40,5
			Diligências	191,6
			Tarifa Bancária	0,0
			Total	1,3
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			233,4	

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Processo	Vencimento
				05/09/2014
Comarca	Processo	Guia nº	Data da Emissão	
JOAO PESSOA	0010289-24.2014.815.2001	200.2014.360305-4	28/08/2014	
CUSTAS PREVIAS A FINAL PROCEDIMENTO ORDINAR - 24.880,00			Taxa Judiciária	16187/219472
			Custas Judiciais	40,5
			Diligências	191,6
			Tarifa Bancária	0,0
			Total	1,3
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			233,4	

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Central de Guias	Vencimento
				05/09/2014
Comarca	Processo	Guia nº	Data da Emissão	
JOAO PESSOA	0010289-24.2014.815.2001	200.2014.360305-4	28/08/2014	
CUSTAS PREVIAS A FINAL PROCEDIMENTO ORDINAR - 24.880,00			Taxa Judiciária	16187/219472
			Custas Judiciais	40,5
			Diligências	191,6
			Tarifa Bancária	0,0
			Total	1,3
PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO. O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.			233,4	

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Via Banco	Vencimento
				05/09/2014
Comarca	Guia nº	Tarifa Bancária	Data da Emissão	
JOAO PESSOA	200.2014.360305-4	1,35	28/08/2014	
			Conta Diligência	3,83
			Valor Diligências	0,00
			Total	0,00
866800000022 334509283183 520140905206 020143603056 			5% Ação Rescisória Ag. 011-8 C/C 010.001185-3	233,4

CHECK LIST - MUTIÇÕES DPVAT

ESCRITÓRIO:

JB

DATA DA AUDIÊNCIA:

28/07/2014

GPROC:

1345312

ESCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA:

() O MESMO

() OUTRO

JB

VC () JEC () TJ

COMARCA:

JOSÉ F. S. S. A.

UF:

PB


AUTOR	NOME: <u>DIEGO PIKAVA DA SILVA</u>
PROCESSO	<u>0010289-24.2014.815.2001</u>
VÍTIMA	NOME: <u>II II II</u>
OBJETO	() INCAPAZ () MENOR () MORTE () INVALIDEZ () REEMBOLSO DE DAMS
	DATA DO SINISTRO: <u>05/08/2013</u>

LAUDO NOS AUTOS?	() NÃO () IML () JUDICIAL () PARTICULAR () MUTIRÃO ANTERIOR () OUTROS:
LESÃO APURADA NO LAUDO ANTERIOR AO MUTIRÃO:	() 10% () 25% () 50% () 75% () 100%
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:	1. <u>COTOVELO E</u> () 10% () 25% () 50% () 75% () 100% 2. <u>CRANIO</u> () 10% () 25% () 50% () 75% () 100% 3. _____ () 10% () 25% () 50% () 75% () 100%
EMPRESA MÉDICA	() ATPE () CNIS () MS MOZES () IMEP () SALEK () EXTRAMED () ACE () SAUDESEG

DATA DO ÓBITO:	CERTIDÃO DE ÓBITO () SIM () NÃO	BENEFICIÁRIOS: () CÔNJUGE () FILHOS () OUTROS:	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS:
----------------	--------------------------------------	---	------------------------------

MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO DPVAT

ACORDO	MOTIVOS PARA NÃO REALIZAÇÃO DO ACORDO	
<input checked="" type="checkbox"/> SIM Valor Total do acordo: R\$: <u>5568,20</u> <u>5.062,00</u> <u>506,20</u>	() AUTOR NÃO COMPARECEU	() LITISPENDÊNCIA
	() NÃO ACEITOU PROPOSTA	() SINISTRO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE
	() ILEGITIMIDADE ATIVA	() PRESCRIÇÃO
	() VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO	() VÍTIMA SOFREU O ACIDENTE MAS NÃO HÁ LESÃO
	() SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS AUTOS	() SINISTRO NÃO É DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO
() NÃO	() JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS	() JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO
	() SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA COM TRÂNSITO NOS AUTOS	() SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SEM TRÂNSITO NOS AUTOS
	() NÃO É ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR	() VÍTIMA POSSUI LESÃO MAS NÃO HÁ NEXO COM O ACIDENTE
	() REGULAÇÃO 2 (AUSENCIA DE PAGAMENTO DO DUT)	() REGULAÇÃO 8
	() OUTROS	

PAGAMENTO ADMINISTRATIVO	() SIM () NÃO	
NATUREZA DO SINISTRO:	() 1 - MORTE () 2 - INVALIDEZ () 3 - DAMS () OUTRA	
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: _____ NAT: _____	RUBRICA LÍDER: 
	DATA DO PGTO: ____/____/____	
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: _____ NAT: _____	
	DATA DO PGTO: ____/____/____	
PAGAMENTO JUDICIAL	R\$: _____ NAT: _____	
NATUREZA DO PGTO (TELA 30):		

$$\begin{array}{r}
 3375,00 \\
 + 1687,50 \\
 \hline
 5062,50
 \end{array}$$

INSTITUTO DE
 CONTABILIDADE
 DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 0010289-24.2014.815.2004

Distribuído em
03/04/2014

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

PERITO _____
BANCA _____
☒ Manhã _____ Tarde _____

Nome completo: Diego Piranã da Silva
CPF: 086.215.324-76
Endereço completo: R. Vereador Francisco Barbalho Dutra, 16
Uentão, Pitimbu / PB.

Informações do acidente

Local: BR-101 Uentão João Pessoa / Recife
Data do Acidente: 05/08/2013

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial n.º _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 4ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Capital.

João Pessoa/PB, 28/08/2014.

Diego Piranã da Silva
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

+ lesão frontal.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

TCE + Trauma Facial +
+ Trauma do Ombro

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

LIMITE AO MEMBRO COTOVELO ESQ
F TCB SEQUELA UNO

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☒ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☒ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	<u>COTOVELO ESQ</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<u>CANAL FAENAL</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input checked="" type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

J. P. P. 28.08.14

Assinatura do Médico CRM

[Assinatura]

ACE
Gestão de Saúde

Henrique Moreira
Médico
CRM 2443



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2014 – 2ª Edição

Banca: 09

Processo nº: 0010289-24.2014.815.2001

Vara de Origem: 11ª Vara Regional da Comarca de João Pessoa – Paraíba

Requerente: Diego Piraua da Silva

Advogado: Wyktor Lucas Meira – OAB/PB nº 15554

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora: PALOMA BAPTISTA DE OLIVEIRA CPF:11880756757

Advogado da Seguradora: Suélio Torres Moreira – OAB/PB nº 15.477

Valor Total do acordo: R\$ 5.568,20 (cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)

Valor da parte requerente: R\$ 5.062,00 (cinco mil e sessenta e dois reais)

Valor dos honorários sucumbenciais do advogado: 506,20 (quinhentos e seis reais e vinte centavos)

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados ao final assinados, declaram, ratificam e firmam neste **TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO**, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT acima identificada, relativo a indenização decorrente de acidente de trânsito, em trâmite perante o Juízo apontado neste termo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

I. O pagamento da quantia total do acordo (principal + honorários) será efetuado através de um único cheque administrativo emitido em nome da parte autora da ação.

II. Pelo presente termo, fica acordado que a SEGURADORA pagará à parte autora a quantia total para a quitação integral de todos os pedidos deduzidos na exordial, sendo que, do mencionado valor, serão pagos a título de principal, verba esta que corresponde ao pedido da parte autora, já devidamente acrescida de correção monetária, juros de mora e demais obrigações pecuniárias e acessórias, e a quantia relativa ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência.

III. O pagamento será realizado no prazo máximo de 45 dias úteis a contar do protocolo do presente **TERMO DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL**.

O montante transacionado e ora discriminado no item anterior, corresponde ao valor principal, honorários advocatícios, acréscimos legais e acessórios, a título de pagamento único, amplo, final e total, pertinente a todos e quaisquer direitos e valores correspondentes à ação supracitada.

Devem os patronos da causa, quando dos recebimento dos valores aqui acordados, procederem com o repasse nos exatos termos das quantias estabelecidas neste termo, sob pena de incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do “Consórcio DPVAT”, a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes, que 50% (cinquenta por cento) das custas do processo será pago pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar desta data.



[Assinatura]
1

Os 50% (cinquenta por cento) restantes serão pagos pela parte autora, caso não seja beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do art. 12, da Lei nº 1060/50.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, o Autor dará a Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irrevogável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico descrito na inicial, tendo sido vítima o promovente citado na inicial, relativo à indenização por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.

Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

- o desbloqueio de contas caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este d. Juízo.

Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, sem nenhuma ressalva e oposição, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e, respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.
Termos em que pede deferimento.

Conciliador (a) Edna Cristiane da Silva Almeida

Parte Autora: Diógenes Pereira da Silva Seguradora: [assinatura]

Advogado: [assinatura] Advogado: [assinatura]

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão do DPVAT)

Homologo por **SENTENÇA**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra, extinguindo o processo com resolução do mérito e assim o faço com fulcro no art. 269, III, do Código de Processo Civil.

Homologo ainda a renúncia do prazo recursal requerido pelas partes.

Se houver necessidade, expeça-se os devidos alvarás.

Partes de logo intimadas. Publicada neste ato. Registre-se.

Comprovado o pagamento das custas processuais, archive-se com a devida baixa.

João Pessoa, 28 de agosto de 2014.

Magistrados

Juiz Bruno César de Azevedo/Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiz Wladimir Alcibiades Marinho Falcão Cunha

Juíza Lua Yamaoka Mariz Maia

Juíza Marias das Graças Fernandes Duarte

Processo nº: 0010289-24.2014.815.2001



Comp 001 Banco 001 Agência 1769 DV 8 C1 4 Conta 844.000-2 C2 8 Série 002 Cheque N.º 103644 C3 0 0 R\$ R\$*****5.568,20

Pague por este cheque a quantia de *** CINCO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E OITO

REAIS E VINTE CENTAVOS e centavos acima.

DIEGO PIRAUÁ DA SILVA ou à sua ordem.

RIO DE JANEIRO 22 de SETEMBRO de 2014



EMPRESA SOLTANTAS
00 000 000/4374-5
64-FLEXIBILIZE O TARIFA
Confeccão: 07/2014

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO PRIVAT
CNPJ: 08.245.808/0001-04
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 12/2007

2014-11625

103644/ISA/8902/1/201470789001/001028924201481
JUIZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA
0001176920 000110364451 799064400023

JOÃO BARBOSA Advogados Associados

João Barbosa
João Martins
Rafaella Barbosa
Joselaine Maura
Fernando Barbosa
Adriana Moura
Amanda Maia

Caroline Mançana
Cristiane Flosi
Cristina Ferreira
Diego Silva
Elisama Silva
Evelyn Castillo
Felipe Carvalho

Isabel Chagas
Jessica Correa
Marcos Carmo
Noemia Teixeira
Osmar Aquino
Paloma Oliveira
Paulo Silva

Roberto Costa
Taisa Silva
Tamires Farias
Tiago Leão
Walter Araújo

Assistentes jurídicos
Breno Azambuja
Carlos Eduardo
Kellen Drummond
Lohan Mota
Michael Cunha
Rita Nogueira
Roberta Oliveira

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE JOAO PESSOA / PB

Processo n. 102892420148152001

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., empresa seguradora previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, no autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DIEGO PIRAUÁ DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V.Exa., **requerer a juntada do Recibo de Pagamento no valor de R\$ 5.568,20.**

Requer também certificação de custas finais e, após o pagamento, seja expedida Certidão de Trânsito em Julgado e conseqüente arquivamento do feito.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado João Barbosa Alves Filho, OAB/PB 4246-A, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termo em que,
Pede Juntada.

Joao Pessoa, 23 de setembro de 2014.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

Suelio Moreira Torres
OAB/PB 15477

Rua São José nº 90 grupo 810 a 812 Centro Rio de Janeiro/RJ Cep: 20010-020
PABX: 21-3265-5600 FAX: 21-3265-5622/3265-5628
corporativo@joaobarbosaadvass.com.br

RECIBO DE PAGAMENTO JUDICIAL
C1/2014-11525/INV

Juízo : 11 Vara-Cível da Comarca de JOAO PESSOA/PB

Processo nº : 102892420148152001

Autor(es) : DIEGO PIRAUÁ DA SILVA

Réu(s) : MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A

Vítima(s) : DIEGO PIRAUÁ DA SILVA

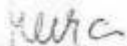
Nº Sinistro : 2014/707890/01

Valor Total : R\$ 5.568,20 (Cinco mil e quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)

Recebi da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, o(s) cheque(s) de n.º , 103644, da conta corrente n.º , 6440002, da agência de n.º , 1769, no valor individual de \$ 5.568,20 (Cinco mil e quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos) referente à Acordo realizado no processo em epígrafe, tendo como Autora(es) DIEGO PIRAUÁ DA SILVA portadora(es) do(s) R.G.(s) de n.º 3062386, e inscrito(s) no CPF/MF de n.º 086.215.324-76 e a Ré sendo MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.

Com o pagamento ora realizado, a (os) Autora (es) DIEGO PIRAUÁ DA SILVA, através de seu advogado, Drº. WYKTOR LUCAS MEIRA , que subscreve a presente, dá plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado, seja em Juízo ou fora dele.

Rio de Janeiro. 23 de Setembro de 2014


WYKTOR LUCAS MEIRA
OAB/0116 - PB